



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA
GABINETE DO PREFEITO

Lei 202/97

LEI MUNICIPAL N.º 202/1997.

Aprovado pela Câmara Municipal de
Vereadores de Sagrada Família

em 11.03.1997

Dalmir de Oliveira
Presidente do Legislativo Municipal

Dalmir

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ALDORI DE LIMA, Prefeito Municipal de Sagrada Família RS., FAÇO SABER, no uso das atribuições que me são conferidas pelo artigo 27, Item I e III da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, órgão deliberativo e de assessoramento ao Poder Executivo Municipal, com as seguintes finalidades:

I - Participar na definição das políticas para o desenvolvimento rural, o abastecimento alimentar e a defesa do meio ambiente;

II - Promover a conjugação de esforços, a integração de ações e a utilização racional dos recursos públicos e privados em busca de objetivos comuns;

III - Participar da elaboração, acompanhar a execução e avaliar os resultados dos planos, programas e projetos destinados ao setor rural;

IV - Promover a realização de estudos, pesquisas, levantamentos e organização de dados e informações que servirão de subsídios para o conhecimento da realidade do meio rural;

V - Zelar pelo cumprimento das Leis Municipais e das questões relativas ao meio ambiente, sugerindo, inclusive, mudanças visando ao seu aperfeiçoamento.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural é constituído por representantes das seguintes instituições públicas e privadas ligadas ao meio rural, tais como:

I - Secretaria Municipal da Agricultura;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA
GABINETE DO PREFEITO

V - EMATER/RS.

Art. 3º - A Composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural terá, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de representantes do setor de produção agropecuária, constituído por produtores rurais, cabendo aos outros setores o restante.

Art. 4º - Cada instituição ou organismo integrante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural indicará, por escrito, um representante titular e um suplente, com mandatos de dois anos, podendo ser conduzidos por iguais períodos sucessivos.

Art. 5º - O Prefeito Municipal nomeará, através de Portaria, os Conselheiros Titulares e suplentes indicados pelas instituições que participarem do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

§ Único - A função do Conselheiro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, considerada de interesse público relevante, será exercida gratuitamente.

Art. 6º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural terá uma diretoria constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

§ Primeiro - A Presidência do Conselho será exercida pelo Secretário Municipal da Agricultura.

§ Segundo - Os conselheiros elegerão o Vice-Presidente e o Secretário, para o exercício seguinte, na última reunião ordinária do ano civil;

§ Terceiro - A duração dos mandatos do Vice-Presidente e do Secretário será um ano, permitida a sua reeleição por mais um período consecutivo.

Art. 7º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural poderá criar comitês, comissões, grupos de trabalho ou designar conselheiros para realizar estudos, resolver problemas específicos, promover eventos ou dar pareceres.

Art. 8º - Sempre que houver necessidade, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural poderá convidar pessoas, técnicos, líderes ou dirigentes para participar de reunião, com direito a voz.

Art. 9º - A ausência não justificada, por 3 (três) reuniões



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA
GABINETE DO PREFEITO

derá substituir toda a Diretoria ou qualquer membro desta que não cumprir ou transgredir dispositivos desta Lei ou do Regimento Interno mediante o voto de dois terços dos conselheiros.

Art. 11 - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural elaborará, num prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Lei, o seu Regimento Interno, o qual será homologado pelo Prefeito Municipal.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, em 24 de Fevereiro de 1997.

JOSÉ ALDORI DE LIMA
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA
GABINETE DO PREFEITO

OF. Nº 026/97. GAB. Sagrada Família, 24 de Fevereiro de 1997.

Aprovado pela Câmara Municipal de
Vereadores de Sagrada Família

em 27 102 197

Dalmiro Cossetin de Oliveira

Presidente do Legislativo Municipal

Dalmiro

[Assinatura]

Senhor Presidente:

Através do presente, nesta oportunidade em que cumprimos cordial e respeitosamente, nos dirigimos a V. Exa., com o objetivo de encaminhar-lhe junto a este o Projeto de Lei Nº 008/97, que autoriza o Executivo Municipal a prorrogar até o dia 30 de Abril de 1997, a primeira parcela da taxa de contribuição de melhoria, prevista na Lei Municipal nº 192 de 06/12/96, e dá outras providências.

Solicitamos-lhe outrossim, que este Projeto de Lei seja encaminhado para apreciação em regime de urgência.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos colhendo o ensejo para renovar-lhe os nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente

[Assinatura]
JOSE ALDORI DE LIMA
Prefeito Municipal

EXMO. SR. DALMIRO COSSETIN DE OLIVEIRA
M.D. PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL
N/ CIDADEZ